



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 30 de junho de 2016

No dia trinta de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata da 2ª sessão ordinária do dia 15 de abril, do ano 2016;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2 – 2ª Revisão aos Documentos Previsionais - ano financeiro 2016;

4.3 – Relatório e Contas Consolidadas – 2015;

4.4 – Aprovação de minuta de protocolo da rede de transportes concelhia para o período de 2016/2019;

4.5- Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Albina Simão da Silva Ferreira, residente em Santo André, freguesia de Santo André, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.6 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Gracinda Jesus Carvalho Landeira, residente em Fafião, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.7 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Medeiros Gonçalves Pereira, residente na rua Central, nº 6, Cerdeira, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.8 - ARU's (Áreas de Reabilitação Urbana) de Montalegre, Salto, Vilar de Perdizes e Vilarinho de Negrões – Aprovação;

4.9 – Pedido de apoio financeiro formulado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Negrões, destinado a apoiar a construção da Casa Mortuária de Lamachã;

4.10 – Organização de listas para juiz social;

4 11 – Associação Nacional de Assembleias Municipais / Proposta de Adesão;

4.12 – ADRAT / Relatório de Atividades e Contas – ano 2015;

4.13 – Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves / Relatório de Contas relativo ao ano de 2015 (para conhecimento);

4.14 – EHATB, EIM, Relatório de Execução Orçamental 1º trimestre 2016;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros à exceção dos seguintes: Joaquim Babo, Marco Sousa, Alda Malho, António Eduardo Santos, José Paulo Pereira, Domingos Costa e Paulo Pinto.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados António Ferreira, Carla Rodrigues, Maria Clotilde Gomes, José Miranda Alves, Ana Maria Martins, Rui Duarte e João Santos.

Estiveram presentes na sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, os Senhores Vereadores, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, José Duarte Crespo Gonçalves e Maria Elsa Moura Minhava.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da ata da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 15 de abril de 2016.

A ata da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 15 de abril de 2016 foi posta à consideração, tendo o deputado Nuno Pereira feito alguns reparos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Nuno Pereira disse que na página 10 da ata da segunda sessão ordinária se diz "A ética tem a ver com a justificação da utilização dos bons costumes e estes estão na área da moral" e deveria também constar que a ética tem a ver com a justificação da moral.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções dos deputados José Miranda Carvalho e João Santos.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Fátima Crespo, Domingos Vasconcelos, Nuno Pereira, Pedro Barroso, Ana Isabel Dias e António Ferreira.

O deputado Acácio Gonçalves pediu esclarecimento acerca de uma obra que tem andado encoberta e que ninguém fala nela: o campo de tiro situado na estrada que vai para a fronteira que, por sinal, não é o local mais apropriado. A obra nasce e cresce e nada se sabe dela pois nem no relatório de atividades vem mencionada.

Disse que não se fala no ralicross que tanta gente trouxe a Montalegre e que não consta no relatório de contas. Disse ainda que não se pode fazer da pista um depósito de lixo. Perguntou como está a situação do ecoponto de Montalegre, pois os mais atrevidos deixam o lixo à porta. O lixo e a limpeza de Montalegre custam 635.436 euros, mas como a Câmara é rica pode-se dar ao luxo de esbanjar dinheiro. É um absurdo.

Perguntou quais os planos para as aldeias de Fírvidas e Covêlo do Gerês pois andaram a fazer levantamentos topográficos.

Sobre a rampa de acesso a pessoas com deficiência ao edifício da Câmara, já deveria estar feita há muito tempo. Quanto à obra do átrio, disse que não foi uma boa escolha tirar o mármore e colocar granito. Foi uma má opção.

Salientou que as obras do Partido Socialista são obras que começam, mas nunca acabam, como é o caso do multiusos e o seu campo de chegas, a zona de lazer no rio Cávado onde falta o polidesportivo e o campo de ténis previstos no projeto.

Disse que a EN103, traçada no tempo do Salazar, deveria ser a ligação privilegiada para Chaves ou então que mudem o rio para a ponte de Assureira para ligarem a estrada a Soutelinho.

A deputada Fátima Crespo manifestou contentamento com o início das obras em Vilar de Perdizes. Os vilarenses já mereciam isso.

Falou do encontro de jornalistas que se realizou em Vilar de Perdizes e constatou-se que não se sabe receber. A sala não estava sinalizada e estava gélida. Muitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

jornalistas iam para os carros para se aquecerem. E para concluir, em vez de comerem nos restaurantes locais, vieram comer a Montalegre, quando lá também há unidades hoteleiras.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que espera que esta reunião corra melhor do que a anterior. Espera que quando os deputados estejam a intervir haja respeito e silêncio. Na última reunião, a forma como a deputada Ana Isabel Dias se dirigiu ao deputado Acácio Gonçalves não foi a mais apropriada. Tem que haver alguma moderação e ponderação em respeito pelo lugar que ocupa e em respeito pela democracia. Também o Senhor Presidente da Câmara devia responder com mais elevação pois até no café devemos sê-lo, como diz o Primeiro-ministro. E o Senhor Presidente da Assembleia devia ter dado a palavra ao deputado Acácio Gonçalves quando este queria defender a sua honra.

Falou do encerramento da escola de Ferral e que o grande responsável é a autarquia. Montalegre vai perdendo oportunidades de combater a desertificação.

Disse que há um caminho público em Sidrós que tem os muros caídos e a Câmara tem obrigação de arranjar.

O deputado Nuno Pereira disse que, na sua opinião, a última reunião correu bem, apenas há pontos de vista diferentes. O que fica mal é o deputado Domingos Vasconcelos defender o seu colega parlamentar esquecendo-se que, em anteriores reuniões, ele próprio e o presidente da Assembleia já foram humilhados e nada se ouviu ao deputado em relação a isso, em reposição da verdade. Não estamos aqui para expressar estados de alma. Devemos justificar as intervenções.

Sobre a reorganização das freguesias, disse que esta devia ser consistente e lógica. Devemos estar atentos.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

A minha intervenção vai um pouco ao encontro do que já disse o Deputado Acácio Gonçalves relativamente ao lixo. Ainda assim, quero começar por louvar a colocação de postos de recolha de óleos usados junto aos Ecopontos, mesmo que seja evidente que ainda há muito a fazer em termos ambientais no nosso concelho.

De facto, não se pode tolerar o que se está a passar bem às portas de Montalegre, na pista do Larouco. Aquilo é mesmo um verdadeiro crime ambiental e, para quem ainda não foi lá ver, as fotos publicadas no Notícias de Barroso nº 495, falam por si. A Câmara tem compactuado com aquela lixeira e é que nem uma placa "proibido deitar lixo", lá é colocada. É certo que há cidadãos que não sabem a diferença entre entulho e lixo, mas o Município não pode, simplesmente, fechar os olhos. Até porque, enquanto isso, o Ecocentro do Valdoso continua fechado. Passo lá todos os dias e vejo aquilo muito calmo. Vejam lá, como mostra esta foto, que até lá tem um sofá para as pessoas se sentarem à espera de entregar o seu lixo.

Lamentavelmente, vou ter de estender este reparo à Junta de Freguesia de Pitões. Já aqui louvei a sua Presidente, pela postura aguerrida na defesa do interesse da sua freguesia e do Planalto da Mourela em geral, mas convém que faça os trabalhos de casa e incentive os seus concidadãos a terem mais consciência ambiental, pois a lixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

que lá encontrei, e que esta foto documenta, não é um grande cartaz para os muitos turistas que ali se deslocam e que gostam de andar a pé. E não tenho nada contra Pitões, até considero uma aldeia modelo, por exemplo, na gestão da atividade agropecuária, como seja a separação da zona urbana da zona das vacarias, algo que em poucos lugares se vê.

Voltando à Vila de Montalegre e à questão da limpeza do lixo, aproveitava para questionar quanto o município gasta com empresas privadas, já que foi público que, durante grande parte do Inverno e Primavera, os funcionários da Brigada da Limpeza de ruas, composta por 5 pessoas e um condutor, só trabalhavam segundas, quartas e sextas de manhã.

Outra situação grave, e que também veio na comunicação social, é o que se passa no Centro Profissional do Barroso, entre a Aldeia Nova e Morgade, nomeadamente, o abandono a que foi votado aquele edifício público e que deu azo à vandalização do imóvel, que continha ainda muita informação, grande parte pessoal, que assim foi violada. O que a Câmara pensa fazer sobre isto? Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso”.

A deputada Ana Isabel Dias falou de uma iniciativa organizada pela Banda de Parafita, o “Festival de Jazz”, com professores do Conservatório de Ourense, da Escola Gulbenkian de Braga e da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo do Porto e que contou com artistas de renome nacional e internacional. Esta associação merece o carinho de todos os Barrosões pois já lançou músicos de grande qualidade e espera que ninguém se esqueça disso. Trata-se de uma iniciativa que vai continuar e de grande interesse cultural e que todos estão convidados a assistir.

O deputado António Ferreira repetiu a história do gato escondido com rabo de fora mas deu-lhe o título “Alguns fazem peito para encolher a barriga” e a notícia sobre o atentado ambiental na pista automóvel de Montalegre é fruto destas duas metáforas.

Assumi que reprova totalmente o que se está a passar na pista automóvel de Montalegre pois é um defensor do ambiente e da vila de Montalegre. Disse que se todos fizessem como ele não havia necessidade de existir GNR no concelho. Também não gosta de ver a devassa da floresta e dos caminhos públicos e de tudo o que é nosso com lixos. Para evitar esses pseudos crimes ambientais, daí que houvesse a necessidade da criação da RESINORTE e agora SUMA.

A publicação da referida notícia foi feita pelo atual líder do PSD. E líder só é há pouco tempo mas diretor do jornal já é há muito tempo. E até foi Presidente da Câmara durante vários mandatos na Câmara de Montalegre. E se todos se lembram, o atual líder do PSD, enquanto Presidente da Câmara criou lixeiras a céu aberto na Portela, na Rua do Reigoso, do Senhor da Piedade, do Penedo do Corgo, nas Pedras Cagadeiras e isto sim era crime ambiental. Só agora é que vem com essa sensibilidade.

Disse que a Câmara nunca autorizou a colocação destes lixos na pista. Autorizou a colocação de aterro que é totalmente diferente.

Disse que a Câmara deveria informar as populações que os carros da SUMA têm dias marcados para recolha de lixos que não são possíveis de depositar nos ecopontos. Talvez haja falta de informação. Isto não pode ser desculpa pois teríamos que ter vigilância contínua. As pessoas também têm que ser responsáveis e ter consciência cívica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Julga que com a proibição da colocação de entulhos na pista vai originar a colocação de lixos nas bermas das estradas.

Sugeriu que se divulgasse na rádio local ou até mesmo a admissão de fiscais do ambiente ou voluntários que o façam em defesa de Montalegre.

Terminou dizendo que o PSD local estava mais bem entregue antes do que agora e os resultados das próximas eleições ainda vai ser pior do que nas eleições passadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal realçou uma falha formal nesta assembleia. Disse que os representantes dos partidos da oposição se esqueceram de dirigir os parabéns ao novo líder do PSD, a quem deseja muitos anos à frente do PSD.

O Senhor Presidente da Câmara disse que já cheira a eleições. Já se conhece a matriz condutora e de nova não tem nada. Cheira a mofo. Assumiu que, da sua parte, com ele podem contar para acabar com o pouco que resta do PSD.

Disse ao deputado Domingos Vasconcelos que as respostas são dadas conforme são colocadas as perguntas e tem-se como uma pessoa educada.

Sobre a obra encoberta do campo de tiro, disse que vem no Relatório de Contas e no PPI de 2015 e já se lá gastaram 150 mil euros. Pode não ser uma obra prioritária para Montalegre, mas merece ter continuidade.

A receita do Ralicross ronda os 150 mil euros. Surpreende-o o facto de dizer que o concelho não tira rentabilidade nenhuma com este evento. O mundial está a ser disputado por concelhos mais fortes do que Montalegre, mas Montalegre não vai deixar sair daqui de barato um evento como este. Está em preparação um projeto para melhoramentos da pista que irá ser apresentado na FIA para garantirmos a continuidade da prova em Montalegre. Tem que se investir em eventos com o objetivo de gerar uma maior sustentabilidade para o concelho. Não admite que se diga que Montalegre não ganha nada com isto. São ideias retrógradas próprias de quem diz mal só por dizer.

Sobre a lixeira na pista automóvel, disse que quando se ressuscita este assunto devia-se ter mais cuidado pois a educação ambiental cabe a cada um de nós. Não se pode exigir aos políticos o que não se tem em casa. O novo líder é diretor de um jornal há muitos anos e só agora é que levanta esse assunto. É muito fácil pegar numa máquina fotográfica e fotografar locais onde inapropriadamente se depositam lixo. É melhor colocarem o entulho na pista do que nas bermas das estradas. No entanto, a pista chegou ao seu limite e vai ser fechada. Vai-se tentar arranjar outro local mas enquanto isso não acontece, teme que se abuse em deitar lixo ao longo das bermas das estradas.

Disse que nunca entusiasmou ninguém a colocar lá o lixo. Reclamam da lixeira mas paradoxalmente também reclamam dos 62 mil euros gastos na limpeza de Montalegre. Não se entende esta maneira de fazer política. Temos que ter orgulho em ter a nossa terra limpa e higienizada.

Disse que parece haver um saudosismo na recolha do lixo feita nos velhos Dumper e do tempo em que se vasava nas Pedras Cagadeiras.

Em relação à recolha dos resíduos sólidos para a central da Resinorte em Boticas disse que, em 2014, se fez um concurso para recolha e transporte do lixo a vigorar em dois anos. Concorreram várias empresas e ganhou a SUMA. O Tribunal de Contas demorou dois anos a dar o visto ao contrato e já muito em cima do término do contrato, só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

restou a solução de fazer um ajuste direto, por seis meses, com a empresa que já estava no terreno. Entretanto prepara-se concurso para os próximos dois anos. Tudo feito legalmente pelo que de absurdo esta situação não tem nada, como alguns tentam fazer transparecer.

Também não tem nada de absurdo fazer-se levantamentos topográficos seja onde for. Fez-se em Fírvidas para o projeto da nova rede de águas e fez-se em Covêlo do Gerês para o arranjo urbanístico em curso.

Sobre as obras do átrio da Câmara, disse que também não gosta, mas a verdade é que o mármore estava todo cheio de buracos. No edifício não há confortos mas temos de dar-lhe alguma dignidade. É o risco que se corre quando se tomam decisões.

Sobre as obras do PS que nunca acabam, disse que vão continuar e vão ter que fazer que as não vêem. Sobre a estrada de Vilar de Perdizes, disse que se está a construir o futuro. Falar da EN103 é ideia retrograda. É falar num passado onde a oportunidade se foi desvirtuando à verdade dos factos, mistificando as ideias e pondo carga política onde não pode pôr-se.

Disse que quando fala menos bem é porque está a reagir ao que lhe dizem.

Sobre a escola de Ferral, disse que vai fechar por indicação da DGEST e não da Câmara. Fechou uma escola no concelho de Montalegre e uma no concelho de Chaves. Disse que fez uma reunião com os encarregados de educação e outros responsáveis que decidiram encaminhar as crianças para a escola de Salto. Não há aqui politiquice.

Sobre a reorganização das freguesias, disse que ainda nada sabe.

Acusou o deputado Pedro Barroso de andar a dormir e a fazer política com base no que lê nos jornais. O Centro de Formação da Aldeia Nova tem que sofrer o mesmo processo que a Quinta da Veiga. Já se levou lá muita gente com responsabilidades políticas e está-se a aguardar uma resposta.

Realçou que a Banda de Parafita faz coisas muito boas e o Workshop de Jazz é exemplo disso.

Terminou dizendo que a política deve ser feita com sentido crítico e com elevação. Na política há dois tipos de homens: os que fazem e correm riscos e os que nada fazem e só criticam.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos e Lúcia Jorge.

O deputado Acácio Gonçalves disse que falar nas obras que estão encobertas não é um absurdo. Apenas se questionou porque é que não se fala nelas. Muitos sabem que vem no Relatório de Contas, mas grande parte das pessoas não sabe e toda a gente gosta de ser informada do que se está lá a passar e quais são os objetivos do projeto.

Falou sobre o Plano Municipal de Resíduos Sólidos e Urbanos e disse que a Câmara deveria divulgá-lo, informando os munícipes de que às tantas horas passa o carro da SUMA para fazer a recolha dos lixos e assim as populações não colocariam o lixo em locais impróprios. O problema do lixo é um problema que nos aflige a todos, é um problema social e o Senhor Presidente não disse se o Ecoponto está a ser negociado ou não. Pensa que devia ser negociado, pois é um espaço que tem todas as condições para a recolha do lixo. Se não funciona algum motivo há.

Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara apresentou autorizações prévias em reunião de executivo municipal em 21 de março de 2016 para recolha do lixo em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Montalegre no valor que rondam os 60 mil euros e outra que ronda 1 milhão de euros que devem ser para a SUMA.

Disse que o Senhor Presidente não respondeu ao assunto das obras inacabadas e se as obras não estão acabadas, deve-se explicar o porquê.

O deputado Domingos Vasconcelos, sobre a escola de Ferral, disse que o Ministério pôs à consideração da autarquia e esta decidiu encerrar.

Quanto às humilhações feitas ao deputado Nuno Pereira e ao Presidente da Assembleia, disse que agora é tarde mas não se lembra de nada.

Assumiu que desconhece a notícia do gato escondido com o rabo de fora, mas se alguém quer ganhar eleições com insultos, não contem com ele e não vão a lado nenhum.

A deputada Lúcia Jorge agradece o reparo feito pelo deputado Pedro Barroso mas repudia a atitude de trazer fotografias para a reunião sem antes ter falado com ela. Se o deputado fosse camarada teria chamado a atenção da Presidente da Junta para que esta tomasse as devidas providências.

O Senhor Presidente da Câmara disse que por este andar o deputado Domingos Vasconcelos vai saltar da carroça do PSD já que irá sentir-se quando vir os seus compinchas perderem a elevação que parece apenas exigir aos outros.

Sobre o regulamento da recolha dos lixos sólidos e urbanos, disse que o mesmo é público e a partir daí todas as pessoas dele têm conhecimento. Os sofás e os frigoríficos não são considerados resíduos sólidos e há uma linha telefónica que devia ser mais utilizada para recolha de lixos específicos. As leis de proteção do ambiente foi o PS quem as desenvolveu. Está de consciência tranquila pela atenção que a tais causas.

Disse que as autorizações prévias são para dar início aos procedimentos.

Sobre o Ecoporto não é da Câmara, é da RESINORTE e ainda não tivemos resposta ao pedido de utilização do espaço. Vai ser com o novo conselho de administração que se vai negociar.

Disse que não há obras inacabadas. Isso seria crime. O Multiusos e o Parque do Rio estão acabados conforme a lei e projeto que pode ser consultado.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Nuno Pereira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Nuno Pereira destacou a postura da autarca Lúcia Jorge e o seu espírito de dignidade e de camaradagem.

Disse que o défice do Estado foi combatido pelo controle das autarquias locais e a Câmara Municipal de Montalegre está em linha com essa exigência.

Salientou que o IMI de casas de pessoas emigradas tem que ser cobrado para a equidade de direitos e deveres dos cidadãos.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 - 2ª Revisão aos Documentos Previsionais - ano financeiro 2016.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.3 – Relatório e Contas Consolidadas – 2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.4 – Aprovação de minuta de protocolo da rede de transportes concelhia para o período de 2016/2019.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que ao fim de semana não há autocarros que venham de Braga para Montalegre. Saem de Braga até à Venda Nova. No entanto, esse mesmo autocarro vem até Parafita onde fica estacionado. A Câmara dá muito dinheiro a ganhar a estas empresas e devia exigir outros serviços.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os percursos do fim de semana são tratados pela empresa e a Câmara nada pode fazer. Este problema tende a piorar pois há poucos utentes a utilizar transportes públicos.

Deliberação: Aprovado por maioria com duas abstenções dos deputados José Fernando Moura e Márcio Azevedo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.5 – Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Albina Simão da Silva Ferreira, residente em Santo André, freguesia de Santo André, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.6 – Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Gracinda Jesus Carvalho Landeira, residente em Fafião, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.7 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pelo Sr. Domingos Medeiros Gonçalves Pereira, residente na rua Central, nº 6, Cerdeira, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 - ARU's (Áreas de Reabilitação Urbana) de Montalegre, Salto, Vilar de Perdizes e Vilarinho de Negrões – Aprovação.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Acácio Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Acho que o documento apresentado contém uma gralha, porque no assunto fala em quatro ARU's, incluindo Vilarinho de Negrões e depois em baixo aparece Pitões em vez de Vilarinho. A ser mesmo Vilarinho de Negrões fico contente pois considero que se trata de um dos ex-libris do concelho e que merecia outra atenção há muito tempo, devido ao enorme potencial turístico que aquele lugar oferece. Aliás, toda a região da barragem dos Pisões tem um potencial enorme por explorar e espero que, finalmente, o Município lhe comece a dedicar mais atenção. Por outro lado, queria questionar o porque de se candidatarem ao Quadro 20/20 apenas estas ARU's e não se entenderem as candidaturas a outras aldeias com elevado património arquitetónico. Assinado, o deputado municipal, Pedro Barroso".

O deputado Acácio Gonçalves fez um protesto à Mesa pois o documento que lhe foi entregue não está visível e demonstra falta de profissionalismo. Disse que um projeto de reabilitação urbana da vila de Montalegre para 163 hectares é megalómano. Disse que lamenta que nunca tenha visto uma reabilitação na zona histórica de Montalegre como é o caso da Rua 25 de Abril, a Rua 25 de Novembro e a 1º de Dezembro que nem no Procom entraram e agora vê-se este exagero. Disse que beneficiar Vilar de Perdizes e Vilarinho de Negrões é bom, mas julga que há outras aldeias que merecem atenção como é o caso de Cervos que tem edifícios sumptuosos, todos edificadas em pedra e com pátios senhoriais. Conclui dizendo que as empresas que fazem estes estudos devem estar cegas pois não está ajustado à nossa realidade.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta situação demonstra que a Câmara é presa por fazer e por não fazer. Se escolhe Vilar de Perdizes e Vilarinho de Negrões em detrimento de quaisquer outras localidades tal se prende com opções feitas por quem tem de tomá-las no tempo e lugar certo. É o ónus de quem tem a responsabilidade de decidir e com certeza que houve critérios para o fazer e o mais importante foi o de fazer a conjugação dos interesses públicos com os privados.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Pedro Barroso, Domingos Vasconcelos e José Fernando Moura.

4.9 – Pedido de apoio financeiro formulado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Negrões, destinado a apoiar a construção da Casa Mortuária de Lamachã.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que quando se fazem casas mortuárias temos que ter a noção que todas as aldeias também precisam delas. Devia-se reunir com todas as freguesias e decidir abertamente quem precisa delas efetivamente.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10 – Organização de listas para juiz social.

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado João Soares.

O deputado João Soares disse que quando recebeu a documentação para preparação da Assembleia ficou desagradavelmente surpreendido ao ver este ponto. A lei obriga a que as listas sejam votadas em Assembleia Municipal sendo que a Câmara recebeu do Ministério da Justiça a notificação para o fazer.

Disse que acredita que seja para complementar as falhas na lista já existente, pois existem apenas três juizes sociais em funções nomeados em Diário da República, ou será para complementar ausências de alguém que tenha renunciado ao cargo por incompatibilidades.

Disse que não é um processo novo que nunca tenha sido desencadeado. A lei não é omissa. Em 2003 houve um processo, que decorreu nesta autarquia e o decreto-lei é de 1978. Mas diz-se que a lei é omissa e consulta-se os municípios vizinhos para ver como é que eles fazem. Então nesta casa já se tinha feito e agora não sabem como se faz.

Disse que há 13 anos atrás houve o cuidado de se fazerem as coisas com sentido educativo, social e de proteção de crianças e jovens em risco. E agora andar a perguntar aos outros como se faz, é uma insipiência aterradora.

Se a lista é para aprovar novos juizes, disse que quem o nomeou há 13 anos atrás lhe devia ter dito que o seu prazo de validade terminou e demonstra uma atitude de indelicadeza e de falta de consideração.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que a Câmara recebeu do Ministério da Justiça a notificação para a indicação de novos juizes sociais. À semelhança de outros municípios, a autarquia de Montalegre decidiu consultar as entidades de solidariedade social do concelho.

A senhora Vereadora Fátima Fernandes disse que há limites de mandatos e de idade e como tal o deputado João Soares, a Dra. Irene Esteves e a Prof. Elisete não puderam pertencer à nova lista. A forma mais transparente de o fazer foi através da consulta das entidades de solidariedade social. Montalegre indicou quinze juizes sociais e o Sr. Juiz vai chamar quem bem entender.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado João Soares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Soares disse que os mandatos são por dois anos e foram automaticamente eleitos. Agora, alguém lembrou o ministério deste limite. De qualquer forma, deviam ter tido uma palavra de satisfação para com os elementos cessantes.

O Senhor Presidente da Câmara disse que ele é que está desagradavelmente surpreendido pois o que a Senhora Vereadora disse foi a mais pura das verdades. Se alguém deve explicações ao deputado é o Ministério da Justiça. A Câmara apenas conduziu o processo conforme determina a lei.

Deliberação: Aprovado por maioria com duas abstenções dos deputados João Soares e Nuno Pereira.

O deputado Nuno Pereira fez uma declaração de voto dizendo que pensa que, na proposta apresentada, estão pessoas a mais ligadas à área social. Devia diversificar mais as áreas.

4.11 – Associação Nacional de Assembleias Municipais / Proposta de Adesão.

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.12 – ADRAT / Relatório de Atividades e Contas – ano 2015.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.13 – Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves / Relatório de Contas relativo ao ano de 2015 (para conhecimento).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.14 – EHATB, EIM, Relatório de Execução Orçamental 1º trimestre 2016.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e, não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas